## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 211, DE 2015

Acrescenta o §§ 6º e 7º no art. 65 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar às microempresas e empresas de pequeno porte a compensação parcial de gastos com aperfeiçoamento profissional de seus funcionários no exterior com dívidas tributárias, objetivando agregar conhecimento e tecnologias modernas ao setor produtivo brasileiro.

## O Congresso nacional decreta:

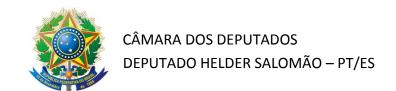
Art. 1º Este projeto altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar às microempresas e empresas de pequeno porte a compensação parcial de gastos com aperfeiçoamento profissional de seus funcionários no exterior com dívidas tributárias, com os critérios que especifica.

Art. 2º Acrescente-se §§ 6º e 7º no art. 65 na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

// A ##	CF					
Art	b.5	 	 	 	 	 

§ 6º. Ficam autorizadas, as microempresas ou empresas de pequeno porte, a abater até 30% (trinta por cento) do montante total a ser recolhido a título de impostos federais, com todos os gastos realizados com hospedagem, alimentação, transporte e treinamento de profissionais que enviarem ao exterior para participarem de cursos técnicos de aperfeiçoamento, limitado a dois profissionais ao ano, desde que:

- a. O curso de aperfeiçoamento profissional realizado no exterior, documentalmente comprovado, resulte em aperfeiçoamento da formação técnica ou superior na área de atuação da empresa.
- b. A empresa atue nas áreas de alta tecnologia, química, engenharia, metalurgia, têxtil, alimentos industrializados ou confecções.



a. Os países onde forem realizados os cursos de aprimoramento profissional sejam referência nas áreas onde atue a empresa e tenham ao menos uma instituição de ensino superior entre as 50 melhores do mundo".

§ 7º. O Poder Executivo estabelecerá os critérios para que as empresas possam usufruir os benefícios previstos no § 6º deste artigo, definindo o enquadramento das empresas nas áreas de atuação e setores econômicos mencionados e os critérios para habilitação dos países como referência nas áreas de atuação das empresas. " (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado HELDER SALOMÃO Relator